
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ

MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOM: A STUDY AIMED AT ASSISTING STUDENTS WITH DEAFNESS

Melise Pessoa Araújo Meireles

Minicurrículo

Graduada em Pedagogia – FAP. Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPI. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/LEDOC- UFPI.

E-mail: melisepessoa@yahoo.com.br

Maria Zilma Ribeiro de Carvalho

Minicurrículo

Licenciada em Letras/Português e Letras/Espanhol pela Universidade Estadual do Piauí, Especialista em Português e Literatura pela Faculdade HOKEMÃ-MA, Especialista em Educação Especial com Atendimento Educacional Especializado/AEE pela Universidade Federal do Ceará/ UFC, Especialista em Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS pela Faculdade de Desenvolvimento Integrado Regional/FADIRE, Pós-Graduanda em Educação Global, Construção da Cidadania e Inteligências Humanas pela Faculdade de Desenvolvimento Integrado Regional/FADIRE, Mestranda em Ciências da Educação pela Flórida Christian University/FCU, Graduanda em Letras Libras-UFPI.

E-mail: zilminha2@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de identificar como se dá o atendimento educacional especializado no processo de inclusão do aluno com surdez. Por isso achou-se de suma importância fazer uma pesquisa de campo na Unidade Escolar Manoel Ribeiro, na cidade de Ipiranga do Piauí. Sabe-se

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ

que a Educação é um direito de todos e dever da família e do estado. Sendo assim, é necessário o desenvolvimento de políticas educacionais que garantam aos educandos iguais condições de acesso a educação de qualidade, cabendo ao estado capacitar os profissionais de educação, tornando-os aptos a receberem esta clientela de forma adequada. Foi realizada também uma pesquisa de campo do tipo exploratória com um universo de um aluno surdo ocorrida através de entrevistas pré-estabelecida. Os resultados obtidos demonstraram que as Salas de Recursos Multifuncionais para o surdo contribuíram para o processo ensino aprendizagem dele, se tornando um grande avanço, pois antes dele frequentar a Sala de Recursos para ter um atendimento especializado, ele ficava muito alheio em sala de aula, pois foi somente depois desse atendimento que ele despertou o gosto pela Libras e tudo foi se modificando para melhoria do seu conhecimento. Contudo, ainda existem pontos a serem melhorados como a ampliação da sala de AEE, recursos didáticos para trabalhar as deficiências. Apesar das limitações, diante do quadro atual da maioria das escolas públicas brasileiras é de se ressaltar o avanço que a Unidade de ensino pesquisada vem obtendo em níveis de acessibilidade e inclusão.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Inclusão. Surdez.

ABSTRACT

This work has the objective of analyzing how the process of teaching learning in the specialized educational service of students with hearing impairment has been carried out in the Multifunctional Resource Rooms, so it was very important to do a field research in Manoel Ribeiro School Unit, in the city of Ipiranga do Piauí. It is known that Education is a right of all and duty of the family and the state. Therefore, it is necessary to develop educational policies that guarantee equal conditions for students to access quality education, and the state has the capacity to train education professionals, thus enabling them to receive this clientele in an adequate way. The research was carried out in a bibliographical way in which a brief historical and conceptual panorama of the Specialized Educational Assistance room and the special education room is made, in the studies of Alves (2006), Mantoan (2005), Oliveira (2004), among others, and documents such as Salamanca (1994), LDB (1996), thus enabling a theoretical knowledge that served as a foundation for the foundation of concepts that involve special and inclusive education. A descriptive field research with a universe of a deaf student from the institution where the research was carried out was carried out through interviews and pre-established questionnaires. The results obtained showed that the school is able to receive people with disabilities, despite the difficulties faced. It was also verified that the professors have graduation and specialization to attend this demand in the Multifunctional Resource Room. However, there are still points to be improved such as the enlargement of the ESA room, didactic resources to work the deficiencies. Despite the limitations, in view of the current situation of most Brazilian public schools, it is worth highlighting the progress that the Unit of education has been achieving at levels of accessibility and inclusion.

Keywords: Specialized educational services. Special Education. Inclusion. Deafness.

INTRODUÇÃO

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2010) a Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio pedagógico especializado que ocorre no espaço escolar, definido como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado e o professor da sala regular.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira. Promove as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular,

possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização (LDB 93/94)

As Salas de Recursos Multifuncionais no Brasil foram criadas nos anos 80, porém começou a ser pensada desde a década de 70, com o objetivo de atender as pessoas com algum tipo de deficiência que frequentavam o ensino regular, visando ampliar seus conhecimentos e oportunizando o desenvolvimento de suas capacidades, com a finalidade de superar as lacunas do ensino regular (ANJOS, 2011).

Para tanto, esses recursos multifuncionais são usados por alunos surdos, assegurando a eles o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) (BRASIL, 1996) em seu art. 58, reformulado pela Lei nº 12.796, de 2013, onde enfatiza que todo e qualquer discente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a igualdade de direitos educacionais. Perante esta discussão foi elaborado o seguinte problema: Como se dá o atendimento educacional especializado no processo de inclusão do aluno com surdez? Na busca de conhecer a importância do atendimento especializado no processo ensino aprendizagem dos alunos que apresentam esse tipo de deficiência.

Portanto, A utilização da Sala de Recursos Multifunciona (SEM) com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para a surdez com o acompanhamento feito por professores capacitados, aptos a atenderem o surdo no ensino de Libras possibilita para que haja um entendimento, compreensão e interligação entre o surdo e o ouvinte favorecendo uma aprendizagem significativa. Dessa forma, penou-se no seguinte objetivo Identificar como se dá o atendimento educacional especializado no processo de inclusão do aluno com surdez.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

De acordo com Silva (2010,) a adoção das salas de recursos na educação especial brasileira aconteceu em meados da década de 70, pois a sala de recursos compõe o sistema de integração que veio a substituir o modelo de segregação total utilizado até então.

Um dos primeiros conceitos de sala de recursos é a indicação do ensino com recursos adequados para excepcionais matriculados em turma comum que, ficava sendo a sua turma. Este ensino era conveniente para qualquer tipo de criança que pudesse ser bem sucedida em classes comuns quando auxiliada por essa assistência (SILVA, 2010 p. 45).

Assim sendo, a sala de recursos é considerada como sendo uma sala de aula para a qual se indica um professor especial e para quais as crianças vão por curtos períodos diários para um trabalho especial. Por isso, tinha a função educacional de complementação e suplementação do programa escolar regular, com vistas à assistência à criança em seu desenvolvimento e em suas potencialidades, bem como na correção de suas imperfeições, com o objetivo de diminuir a distância entre desempenho e potencial.

Foram previstas as salas de recursos como local onde, num determinado período do dia, a criança com aprendizagem lenta recebe aulas especiais de um professor treinado para esse atendimento. Essa modalidade implica em que o aluno permaneça na sala de aula comum, participando das atividades diárias com seus companheiros ditos normais, recebendo, porém assistência especializada nessa sala de recursos (OLIVEIRA, 2004, p. 45).

Por essas razões que explica Oliveira (2004) é que o professor da sala multifuncional terá que está sempre em sintonia com o professor da sala comum, assim eles devem planejar um plano de

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ

educação especial juntos para avançar a aprendizagem daqueles que tem necessidades especiais.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental Regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. E deixa claro que a criança com necessidade educacional deve receber atendimento especial complementar, de preferência dentro da escola.

O princípio é que as escolas devem escolher a todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências. Para isso, sugere que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso todo, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas (BRASIL, 2005, p. 20).

As pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação (escolarização) realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado. Esse direito também está assegurado na LDBEN – Lei nº. 9.394/96 no parecer do CNE/CEB nº. 17/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e com a Convenção da Guatemala, de 2001. Esta última proíbe qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência da pessoa. Sendo assim, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão e crime. A Declaração da Salamanca (1994) enfatiza que ao utilizar o termo “pessoa com necessidades educacionais especiais”, estendendo-o a todas as crianças ou jovens que têm necessidades decorrentes de suas características de aprendizagem.

As salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centrada em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. Nesse sentido, as salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos, prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com diferente deficiência, transtornos dentre outras dificuldades (ALVES, 2006).

Essas salas de aula podem garantir aos discentes surdos igualdade de condições para seu acesso e permanência na escola, a fim de que os seus saberes e fazeres possam ser desenvolvidos e aperfeiçoados de forma plena assegure lhes assim, uma formação e qualificação pessoal e profissional para que possa ser inserido no mercado de trabalho, de tal modo, que lhes efetivem o direito de viverem dignamente.

Atendimento especializado para pessoas com surdez

O AEE em Libras fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos na sala de aula. Esse atendimento contribui para que os alunos com surdez participem das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagindo com seus colegas.

O mesmo acontece diariamente, em horário contrário aos das salas de aula comum. Nesse atendimento, o professor acompanha o planejamento da escola de acordo com a série ou ciclo que o aluno está cursando. A organização didática do espaço de ensino deve ser rica em imagens visuais e de todos os tipos de referências que possam colaborar com o aprendizado dos conteúdos curriculares.

Para efetivar o cotidiano escolar do atendimento educacional especializado para a pessoa com surdez, é aplicada uma metodologia vivencial, que possibilita ao aluno a aprender a aprender. Essa metodologia é vista como um caminho percorrido pelo professor, para favorecer as condições essenciais de aprendizagem do aluno com surdez, numa abordagem bilíngue (SANTOS, 2013, p. 14).

Nesse sentido, o professor do atendimento educacional especializado na condição de autoridade, para gestar e com responsabilidade para construir o ambiente de aprendizagem para esse aluno, busca os métodos, escolhendo os melhores procedimentos e recursos para operacionalização da aula especializada.

Por meio dessa metodologia, o professor adota os seguintes princípios básicos para o ato de aprender a aprender: o aluno com surdez pensa, questiona e levanta ideias sobre todas as coisas; ao levantar ideia, entra em conflito com os esquemas anteriores; ao entrar em conflito, busca respostas aos seus questionamentos, visando refutar ou confirmar o que será sendo investigado, estudado; ao descobrir sobre o saber investigado, tem um ato conseguido; esse ato conseguido precisa ser repetido, construindo a aprendizagem significativa; ao apreender o saber, a pessoa com surdez realizará sua aplicabilidade no seu cotidiano de vida (FERNANDES, 2003).

Os contextos são definidos e escolhidos, observando a significância, a representatividade conceitual e a obrigatoriedade do programa curricular oficial. Esses contextos enriquecem o ambiente de ensino, no qual tudo que acontecer no decorrer do processo do ato educativo terá sintonia e provocará a possibilidade de conectar e relacionar todos os saberes, buscando o avanço conceitual do aluno com surdez.

O AEE para a pessoa com surdez, contribui com a interação e a comunicação entre o professor, os colegas e os alunos com surdez na sala de aula comum, em virtude de já ter construído de forma complementar os vários saberes que a classe comum não oferece, garantindo, efetivamente, a participação do aluno com surdez na dinâmica da sala de aula comum (FERREIRA, 2010).

Por isso, conforme Santos (2013), o AEE cumpre seu papel enquanto espaço de promoção das condições de acesso, participação plena e aprendizagem no ensino regular. Além disso, ele objetiva também fomentar a produção e uso de recursos didático-pedagógicos que desfaçam as barreiras epistemológicas do aluno, garantindo a continuidade de seus estudos nos demais níveis de ensino. Vale a pena ainda ressaltar que, se a escola regular não tem apresentado as condições normais necessárias para o desenvolvimento global do aluno com surdez, o AEE suplementa a carência de linguagem desse aluno em termos de aquisição como primeira língua.

O AEE torna-se, então, uma possibilidade de ambiente viável à aprendizagem da língua de sinais, tendo em vista que ele serve a um público específico, e não tem as burocracias e entraves técnico-administrativos geralmente encontrados no cotidiano das escolas regulares. Damázio (2007, p. 14) continua orientando que “a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanta na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado”.

O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com Necessidades Educativas Especiais. Este pode ser em uma Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Esse atendimento deverá ser paralelo ao horário das classes comuns. Uma mesma sala de recursos, conforme cronograma e horários pode atender alunos com, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras deficiências.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ

Uma nova gestão dos sistemas educacionais prevê a prioridade de ações de ampliação do acesso à Educação Infantil, o desenvolvimento de programas para professores a adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade. Preconiza também a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações aos alunos com necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (ALVES, 2006).

METODOLOGIA

A pesquisa aconteceu na cidade Ipiranga do Piauí, na Unidade escolar Manoel Ribeiro, com alunos do ensino de EJA (Educação de Jovens e Adultos). A referida cidade possui apenas 03 (três) escolas com salas de Recurso Multifuncional. Sendo que em cada escola possuem 01 (um) professor especializado para cada Sala e somente na U. E. Manoel Ribeiro possui aluno com surdez.

Na coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado ao aluno surdo de AEE, estudante da V- ETAPA- EJA. A amostra foi apenas com este aluno surdo por ele ser o único surdo da escola a fazer o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O caminho metodológico aqui adotado foi a abordagem exploratória qualitativa através da pesquisa de campo. Qualitativa, porque descreve a realidade encontrada, possibilitando uma análise de maior qualidade. Para Silva (2013) a abordagem qualitativa, preocupa-se com o sujeito, seu ambiente e sua complexidade, proporcionando análise teórica que supere as aparências superficiais, conduzindo o pesquisador à busca de uma interpretação delicada e minuciosa.

A investigação de caráter exploratório busca “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

E com isso buscará maior familiaridade com as dificuldades no uso da Sala de Recursos multifuncional no Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez. Por esta razão, a pesquisa exploratória teve o objetivo de descobrir e obter novos contatos com a situação pesquisada, possibilitando uma familiarização com o problema, tornando-o mais explícito e descrevendo características da população ou fenômeno estudado, estabelecendo assim, relação entre as variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando o aluno surdo foi questionado em qual nível de surdez ele se encontra ele respondeu que era o nível surdez severa. Abaixo apresento a classificação quanto ao grau da perda auditiva segundo Lloyd e Kaplan (1978 *apud* RUSSO; SANTOS, 2007) (Tabela 1).

Tabela 1 - Classificação quanto ao grau da perda auditiva

MÉDIA TONAL	DENOMINAÇÃO
10 a 25Db	Audição normal
26 a 40 dB	Perda auditiva leve
41 a 70 dB	Perda auditiva moderada
71 a 90dB	Perda auditiva severa
90 dB	Perda auditiva profunda

Fonte: Lloyd e Kaplan (1978 *apud* RUSSO; SANTOS, 2007).

De acordo com o diagnóstico médico a surdez severa é (71 A 90 dBNA) – Se acontecer a perda auditiva severa, nenhum som de fala é audível em nível de conversação natural. Poucos sons podem ser entendidos, como latidos de cachorro, sons graves de piano ou o toque do telefone em volume máximo.

Ao relatar com o surdo sobre se ele já sofreu algum preconceito na escola ou na sociedade, ele responde que as vezes sim, ficando um tanto alheio as informações e termina sendo excluído. De acordo com Witkoski, (2012) a invisibilidade do sujeito surdo no currículo escolar tal como ilustra no depoimento anterior, aponta para o fato de que ao mesmo tempo em que o aluno surdo está “incluído” na sala de aula de ouvintes, a extensão desta inclusão é restrita a ocupação física de uma carteira escolar.

Nesta perspectiva é preciso destacar que o currículo, conforme afirma Silva (2007, p.148), “é um território público”, no qual as relações de poder tornam-se visíveis, e o conhecimento corporificado no mesmo traduz estas relações, deixando claro, no caso dos surdos, que o poder hegemônico é dos ouvintes.

Desta feita, na sala de aula todo o conhecimento abordado é próprio dos sujeitos ouvintes, construído dentro da cultura ouvinte, a começar pela língua de instrução. O aluno surdo sequer é mencionado como sujeito cultural, de modo que o ocultamento da cultura surda reproduz as estruturas sociais pelas quais o sujeito surdo permanece perspectivado como um ser deficiente.

Questionando com o surdo sobre o Atendimento Educacional Especializado-AEE, o que melhorou no seu desempenho escolar como aluno e sujeito surdo, ele relata que foi de grande valia o atendimento em sala especial, pois ele se comunica em partes com o professor da sala de AEE e também, com a maioria dos profissionais e colegas da escola e comunidade. Pois de acordo com o conhecimento do profissional da sala de AEE facilita o seu aprendizado a cada dia.

Para os defensores do bilinguismo, a língua de sinais é importante para o surdo, permitindo-lhe um desenvolvimento de linguagem satisfatório em termo de efetividade comunicativa (QUADROS,1997; SALES *et al.* ,2004), assim como a exposição a língua portuguesa promove o desenvolvimento linguístico do ouvinte. A língua de sinais, no entanto, passa a atuar como um estigma, na medida em que evidencia a surdez.

Relatando com o surdo sobre como a Sala de Recursos Multifuncionais contribuiu para o processo ensino aprendizagem dele, ele disse que foi um grande avanço, pois antes dele frequentar a Sala de Recursos para ter um atendimento especializado, ele ficava muito alheio em sala de aula, pois foi somente depois desse atendimento que ele despertou o gosto pela Libras e tudo foi se modificando para melhoria do seu conhecimento. Conforme Damázio (2007) o AEE em Libras fornece a base conceitual dos conteúdos curriculares desenvolvidos em sala de aula. Esse atendimento contribui para que o aluno com surdez participe das aulas, compreendendo o que é tratado pelo professor e interagido pelos colegas.

O AEE em Libras ocorre em horário oposto ao da escolarização. O professor de AEE trabalha os conteúdos curriculares que estão sendo estudado no ensino comum em Libras, articuladamente com o professor em sala de aula, de uma exploração do conteúdo, em Libras; em que o professor de AEE retoma as ideias essenciais, avaliando durante o processo o plano de atendimento do aluno com surdez.

Indagando com o surdo enquanto ele não conhecia a Libras se ele tinha um meio de se comunicar com a família e amigos ele disse que sim, utilizava sinais caseiros. De acordo com Falcão (2010) acrescenta que o silêncio não pode existir quando na presença da surdez, tudo o que tem que ser falado e apresentado em sinais pela técnica da descrição visual sinalizada, da mesma forma que as crianças ouvintes questionam, reclamam, confundem, discutem, argumentam,

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ

respondem, remontam suas interpretações, valores, sentimentos e emoções e tem sido defendido para as pessoas cegas a áudio descrição, para que o “eu” da criança surda possa também está constituído de conhecimentos e em comunhão interagindo com a família e a sociedade, está adequação multissensorial é indicada.

A Libras como primeira língua do surdo deve seguir o ritmo de vida da criança, desde o balbucio, o pré-linguístico “gestual” até a consciente comunicação com a compreensão linguística para a aprendizagem de conceitos.

Questionando com o surdo há quanto tempo ele utiliza a libras ele responde que tem pouco tempo, e isso mostra a maior dificuldade no português e na Libras. De acordo com Skiliar (1999), diz que a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país.

Ao indagar ao surdo sobre as dificuldades enfrentadas por ele em sala de aula em relação ao conteúdo ministrado, e ainda questionando a falta de um tradutor intérprete, encontrou-se a seguinte resposta: “Difícilmente compreende os conteúdos, a forma mais eficaz é quando o professor trabalha por meio de slides, por isso nota-se a grande importância de um profissional intérprete em sala de aula.”

O tradutor/intérprete de Libras é um profissional que atua em diferentes contextos. O seu campo de trabalho é bastante amplo, pois corresponde a necessidade comunicativa dos surdos. Apesar dessa diversidade no exercício da profissão, as instituições de ensino destacam-se como áreas de maiores atuações do tradutor/intérprete, em menores proporções estão a presença em conferências, seminários, na realização de traduções escritas e acompanhamento ao surdo.

De acordo com Quadros (2007, p.7) o tradutor/intérprete de Libras é conceituado como “a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para a língua de sinais”. Dentro desse processo interpretativo, língua de sinais para língua oral e vice-versa destacam-se modalidades, competências e habilidades que o profissional deve desenvolver na sua prática.

É importante desatacar que o intérprete não deve ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, sua atuação em sala de aula, envolve tarefas educativas que o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo nesse espaço não é apenas o de traduzir, mas também de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo (LACERDA, 2011).

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado em Libras é feito pelo professor especializado, juntamente com os professores da turma comum e os professores de língua portuguesa, pois o conteúdo desse trabalho é semelhante ao desenvolvido na sala de aula comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados obtidos com a presente pesquisa, pode-se concluir dizendo que a Sala de Recursos Multifuncional, vem contribuindo a cada dia para o desenvolvimento, social e cognitivo do aluno com surdez, pois, antes de ter o Atendimento Educacional especializado-AEE, o aluno surdo ficava muito alheio as informações, sofria até preconceitos por não entender de forma clara o que estava acontecendo ao seu redor e isso dificultava o seu entendimento impossibilitando ter sucesso nas atividades e até mesmo na aprendizagem dos conteúdos, só a partir deste atendimento, ficou mais fácil a comunicação do surdo com os ouvintes, ainda mais com as presença de um professor de Libras apto a ensinar Libras para este aluno com surdez, tudo isso soma valores que facilitam a aprendizagem e elevam sua estima como aluno, sujeito surdo e cidadão.

Pode-se observar, ainda, que na Unidade Escolar Manoel Ribeiro, apesar das dificuldades encontradas, o aluno com deficiência auditiva encontra-se bem integrado, com isso se tornará um indivíduo ativo, criativo, produtivo, capaz de trazer benefícios à sociedade da qual participa exercendo a sua dignidade e cidadania.

E tudo isso é possível, por meio da utilização das políticas federais, estaduais e municipais, de Atendimento Educacional Especializado, e no cumprimento das leis vigentes relacionadas a esse público. Logo, para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver no processo escolar e social, se faz necessário um trabalho mais integrado, tendo em vista que a unidade esta seguindo nessa direção.

Referências

ALVES, D. *et al.* **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ALVES, C.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. F. M. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

ALVEZ, C. B. FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. F. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/Seminário/trabalhos/276_2_1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF. 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Decreto n.3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF. 21 dez. 1999.

_____. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF. 23 dez. 2005.

_____. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 14 mar.2008.

LACERDA, C. B. F; Santos, Lara F. **Tenho um surdo, e agora? Introdução a Libras e a Educação de Surdos.** São Paulo: Edusfscar. 2013.

OLIVEIRA, F. M. das G. S. **As salas de recursos como apoio pedagógico especializado à educação escolar do deficiente mental.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004.

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM ESTUDO VOLTADO
PARA O ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM SURDEZ**

SANTOS, W D. de J. **Ambiente de ensino-aprendizagem de Libras**: AEE para alunos surdos. 2013. Disponível em:<http://editora-arara-azul.com.br> Acesso em: 10 jun. 2014.

SILVA, F de C. T. **Espaços, tempos e professores das salas de recursos e das salas comuns**: expressões de cultura escolar, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.

SKILIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. (2v).